

Copyright © AssIBERCOM • Todos os Direitos Reservados

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em: <http://www.assibercom.org>

Maria Immacolata Vassallo de Lopes

Nelson Ribeiro

Gisela G S Castro

Catarina Duff Burnay

Organizadores

Rubens de Falcon - Mercúrio Tecnologia

Projeto Gráfico e Diagramação

PROMOÇÃO, REALIZAÇÃO E APOIO



Catálogo na Publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

C749d Congresso Internacional IBERCOM (15. : 2017 : Lisboa)
XV Congresso IBERCOM 2017 : comunicação, diversidade e tolerância [recurso eletrônico] / organização Maria Immacolata Vassallo de Lopes ... [et al.] – São Paulo: ECA-USP ; Lisboa: FCH-UCP, 2018.
6072 p.

ISBN 978-85-7205-188-0

1. Congresso IBERCOM 2. Comunicação 3. Diversidade 4. Tolerância I. Lopes, Maria Immacolata de Vassallo de II. Universidade Católica Portuguesa.

CDD 21.ed. – 302.2

Elaborado por: Sarah Lorenzon Ferreira CRB-8/6888

Todos exceto eu! - Autoatribuição excludente dos profissionais da política¹

Everyone except me! - Excluded self-attribution of policy professionals

Esser Silva²

Moisés de Lemos Martins³

Resumo

A partir do estudo de casos paradigmáticos de autoanálise de vários atores da política, analisam-se as posições e as reivindicações pessoais, manifestas e/ou tácitas, assumidas perante a interrogação sobre ser, ou não ser, profissional da política. Explora-se o típico-ideal weberiano contido nas dissemias – vocação/profissão e viver da ou para a política – procurando compreender a constituição atual das fórmulas distintas – a evitar e a cultivar – na construção social do político (re)conhecido.

As categorizações produzidas pelos políticos são menos coletivas e mais ligadas a condições individualizadas nas quais cada um se vê numa posição moralmente superior em relação a toda a classe.

Palavras-chave: profissional político, carreira, percurso, missão

1. Introdução

A putativa condição profissional da atividade é, em geral, negativamente entendida pelos políticos afirmando-se distantes da política percebida como realização profissional. A questão adquire relevância na medida em que a observação de vidas longamente dedicadas à política é um caso que se verifica desde a implementação de democracias liberais. Por outro lado, ser ou não ser profissional da política ganhou interesse redobrado com a ascendência do *não-político* como novel disposição possível do político.

Sobre esta temática, o texto de Max Weber “A política como vocação” tem, regra geral, uma interpretação à letra nos leitores menos ligados à necessidade de atenção às

¹ Trabalho apresentado à DTI 2 – Comunicação, Política e Economia Política do XV Congresso IBERCOM, Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 a 18 de novembro de 2017.

² Doutorando do Programa Doutoral da Fundação Ciência e Tecnologia “Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade” (projeto FCT PD/BD/52617/2014). Dedicar-se ao estudo da Cultura Política no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho (Braga, Portugal) E-mail: esser.jorge@gmail.com.

³ Doutoramento em Ciências Sociais (especialidade de Sociologia). Professor de sociologia da cultura e da comunicação na Universidade do Minho (Braga, Portugal), sendo nesta universidade Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. E-mail: moisesm@ics.uminho.pt; Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, Universidade do Minho, Braga, 4710-057 Portugal.

imbricações processuais e metodológicas, usadas por autores clássicos das ciências sociais e cujos contributos, para além do conteúdo, têm nessas formas metodológicas, inferências essenciais, tendentes a produzir entendimentos mais amplos e menos determinados dos seus textos. Sendo um dos raros contributos da sociologia clássica para o conhecimento da política, a noção de ideal-tipo, traçado para a figura do político, escapa-se ao comum leitor – geralmente um profano e logo descuidado, para um retrato, ou uma descrição *ad litteram* do político agindo na realidade.

A popularidade do texto de Max Weber e os pressupostos críticos introduzidos pela sua leitura, genericamente interpretada sob a forma de uma verdade genuína das práticas, em todo e qualquer cenário de atividade política, intrometeu-se, de tal modo, na malha mental da construção do agente destinado à política, ao ponto de a obra se ter tornado numa espécie de escritura sagrada enunciativa das opções possíveis do exercício da política enquanto mister. Ao ultrapassar o círculo académico restrito e expandir-se até ao contacto dos que da política querem fazer modo de vida, produziu uma novel interpretação em que as disseminias *típicas* aí usadas – *vocação/profissão* e *viver da ou para* a política, se tornaram em perfis das práticas, cujas figurações constituem fórmulas distintas, negativas (a evitar) e positivas (a cultivar), da construção e reconhecimento social do político.

De acordo com Bourdieu (1982), o mundo das ciências sociais, além de se suportar em realidades já classificadas, contribui, definitivamente, para a (re)construção desse mundo. Em consequência, manifesta-se um carácter recursivo, com as estruturas sociais e os agentes produtores dessas estruturas, a reproduzirem-se, recíproca e constantemente, através da recriação das propriedades estruturadas da atividade social (Giddens, 1984). Por conseguinte, as ciências sociais têm inscrita na sua génese a obrigação fundamental de englobar, nos princípios do mundo social por si frutificada, “uma teoria do efeito da teoria” (Bourdieu, 1982) sobre os seus agentes. A teoria, ao contribuir “para impor um modo mais ou menos autorizado de ver o mundo social” não só “contribui para fazer a realidade desse mundo” (Bourdieu, 1982), como também fornece aos agentes os antídotos e as fórmulas legitimadas de reclamação e avocação, tácita ou manifesta, de apelo ao que é entendido por distinção social.

2. Sentido prático e utilitário do tipo-ideal

As fórmulas *típicas* engendradas a partir das propriedades unívocas dos fenómenos perseguem o objetivo de “projetar tipos «puros»⁴ - ou «ideais» - dessas estruturas que mostram em si a unidade consequente de uma adequação de sentido o mais completa possível” (Weber, 2010, p. 36). Trata-se de um constructo “com fins de pesquisa”, cujo objetivo se dirige ao “especialista das ciências humanas” e que responde à impossibilidade destas alcançarem amplitude total de um fenómeno, que resulte numa representação “fiel da realidade” (Freund, 2003, p. 48).

O tipo-ideal configura um processo de análise, construído sob a forma da incorporação de dados desse mesmo fenómeno no seu estado abstrato (Weber, 2010). Apesar de empreender, em profundidade, no conhecimento, através da coleta dos sentidos do fenómeno em consideração – sejam eles concretos, difusos ou discretos – o ideal-tipo não concebe uma realidade definida, mas sim uma junção de características fragmentadas – mas possíveis – da realidade. Persegue, desse modo, o propósito de pautar as coordenadas simplificadas e objetivas de um objeto de estudo determinado. Os tipo-ideais ou puros “sendo irreais, têm o mérito de nos oferecer um dispositivo conceitual com o qual podemos medir o desenvolvimento real e esclarecer os elementos mais importantes da realidade empírica” (Freund, 2003, p. 49). O constructo por trás do *ideal-tipo* assenta no real, sem que, todavia, represente a realidade.

O *típico ideal* construído na forma dissémica que apõe profissão e vocação, na condição do político, tem um entendimento simplificado na língua original produtora do texto. Na sua significação em alemão, *Politik als Beruf* oferece compreensão indistinta e sem ambiguidades, na medida em que *beruf* designa simultaneamente *profissão* e *vocação* e só o contexto do seu uso promove a distinção entre um e outro sentido. Já a significativa divisão entre viver «da» política e viver «para» a política não oferece dúvidas nas intenções do autor em criar um disjuntivo *ideal-tipo*: os atores políticos agem debaixo destes dois limites de sentidos. O *tipo puro beruf* é assim um constructo que tem como objetivo operar entre limites por si enunciados, mas não tem como causa final esses limites, afetados às práticas de um *indivíduo-típico*. Entre viver «da» política e viver «para a» política há um amplo espaço em aberto com diversas equações possíveis.

⁴ *Idealtyp* no alemão original.

3. A proposta da etnometodologia

A consciência prática formada segundo os princípios estratégicos de um volume de conhecimento específico introduz, na generalidade dos atores, um caráter dramático de vivência, disposto sob traços de orientação e fins específicos de *construção de si* (Foucault, 2008), arquitetado em obediência ao conhecimento, julgado positivo e relevante para a imagem – a literalidade – com efeitos na relação com a totalidade da audiência (Goffman, 1986; Winkin, 1999). Este quadro de experiência de habilidade social impõe-se como estratégia ao agente político, submetido ao princípio das *modalizações (keyings)* (Goffman, 1986), como manda a realidade: agir de acordo com os meios e fins e apresentar-se de acordo com o preceituado normativo.

Atores sociais dão vida à política e às práticas tidas como aceitáveis e reconhecidas na construção das figurações do político, e, no decurso, organiza-se a reprodução das fórmulas naturalizadas, genericamente consideradas já testadas e reafirmadas (Carter & Fuller, 2016). Alfred Schutz (1970) empreendeu na compreensão desta “realidade cognitiva incorporada nos processos de experiência humana subjetivas” (Schutz, 1970, p. 18) e, assente no pensamento fenomenológico de Edmund Husserl (2008), seguiu o princípio segundo o qual o mundo e a vivência presente contém muito mundo vivido no passado. O histórico tornado habitual contribui, a todo o momento, para “toda a esfera das experiências quotidianas, direções e ações” (Schutz, 1970, p. 16), com influência direta nas construções estratégicas com que os “indivíduos lidam com os seus interesses e negócios, manipulando objetos, tratando com pessoas, concebendo e realizando planos” (Schutz, 1970, p. 17), tendo em vista a realização dos seus propósitos.

A *atitude natural* colhida nas “condições para as ações de acordo com os objetivos à volta” (Schutz, 1970, p. 17), tendo em conta “a vontade e as intenções de outros com quem se tem de cooperar ou lidar” (idem 1970, p. 17), associado aos imperativos e normativos exteriores interiorizados pelos indivíduos, direciona as atitudes para atuações alicerçadas em princípios realísticos e utilitários, orientados no sentido pragmático do empreendimento. Como explicou James (1907), este pragmatismo só ocorre por existir, atrás das ações, um entendimento suportado tanto na reflexividade como nas crenças acolhidas pelos indivíduos como formas verosímeis, comum e socialmente aceitáveis.

Desta forma, os indivíduos veem-se na posse de um “depósito de conhecimento” que se estrutura numa escala gradativa entre elementos “relevantes”, “marginais” e “irrelevantes”. Numa escala avaliativa, “podem ser precisos e distintos; outros vagos e obscuros”, estando as escolhas dos atores, por isso mesmo, sujeitas a “incoerências e contradições” (Schutz, 1970, p. 18). A crença quiescente no volume de conhecimento organiza a propensão pragmática cujo protocolo interno de confiança “evita que o indivíduo, enquanto permanece em *atitude natural*, procure um conhecimento que é necessário para a realização de suas operações e planos práticos”, genericamente obtidos segundo “um caráter de rotina” (Schutz, 1970, p. 18). A *atitude natural* não só substitui a necessidade de plano como revela até que ponto os atores políticos estão na posse de conhecimentos que respondem imediatamente aos seus interesses mais imediatos.

Mesmo em situações de distância, os indivíduos colocados sob vivência e ação da política interligam-se, a partir da circulação da produção de análises e investigações rapidamente integradas na organização da vida quotidiana, dando lugar ao aparecimento de uma “base socialmente sancionada de inferência e ação” (Garfinkel, 2006). A etnometodologia expressa as estratégias e os recursos práticos, usados pelos indivíduos “para dar sentido, e ao mesmo tempo, realizar as suas ações de todos os dias” (Coulon, 1988, p. 32), nomeadamente no uso de fórmulas rotineiras, reveladas na comunicação e convertidas em formas habituais de agir, decidir, refletir e discorrer.

Deste modo, a etnometodologia, em vez de perseguir modelos sociológicos padronizados, concentra-se na prática social reflexiva, atribuindo-se a missão de dar relevo e “explicar os métodos de todas as práticas sociais” (Coulon, 1988, p. 32), através da “realização continuada dos seus agentes” (Coulon, 1988, p. 33). Para alcançar tal desiderato é fundamental analisar as “crenças e os comportamentos de sentido comum”, como componentes objetivamente necessários e incluídos em toda a “conduta socialmente organizada” (Coulon, 1988, p. 32). A partir do momento em que o agente se sente filiado na totalidade ao domínio político passa a ser um membro dessa área e, nessa qualidade, não mais necessita de se interrogar sobre o que faz ou diz. Passa a ser uma pessoa dotada de uma série de “procedimentos, de métodos, de atividades, de *savoir faire*”, que o ajudam a idealizar “dispositivos de adaptação para dar sentido ao mundo” vivido (Coulon, 1988, p. 52).

4. Casos paradigmáticos de autoanálise do mister político

O campo político é amplo em exemplos de indivíduos, cujas vidas foram dedicadas longamente à atividade política. Para além da narrativa pública desses indivíduos se centrar, quase exclusivamente, na função política exercida, os próprios insistem, paradoxalmente, em classificar a prática política fora das práticas profissionais. Ao apartar seis casos específicos, atravessados por várias configurações dissemelhantes, nomeadamente distinta formação académica, divergente formação ideológica, diferenciada experiência geoespacial, projeta-se a oportunidade para perscrutar o sentido autoatribuído de políticos, quanto à relação com as suas práticas e à putativa caracterização profissional da política.

Nome	Profissão Civil	Partido	Cargos representação política	Tempo em cargos de representação	Idade (na final do último cargo)	Fonte
Aníbal Cavaco Silva	Professor Universitário	Militante do PPD/PSD	Ministro das Finanças (1980-1981); Primeiro-ministro (1985-1995); Presidente da República Portuguesa (2006-2016)	22 anos	77 anos	Jornal Público (21.10.2005)
Mário Soares	Jurista	Fundador-Militante do PS	Ministro Negócios Estrangeiros (1974-1975); Primeiro-ministro (1976-78; 1983-85); Presidente da República Portuguesa (1986-1996)	22 anos	72 anos	Agência noticiosa Lusa, 25.10.2005 <i>Expresso</i> (Junho de 2007)
António Garcia Pereira	Jurista e Professor Universitário	Militante do PCTP/MRPP	Nunca acedeu a cargos políticos de representação.	-	-	Jornal <i>Correio da Manhã</i> (08.01.2006)
Fernando Henrique Cardoso	Professor Universitário	Fundador-Militante do PMDB (1980-1988); Fundador-Militante do PSDB (a partir de 1988)	Senador (1983-1992); Ministro das Relações Exteriores (1992-1993); Ministro da Fazenda (1993-1994); Presidente do Brasil (1995-2003).	20 anos	72 anos	<i>Cartas a um jovem político</i> (Cardoso, 2010)
Isaltino de	Jurista	Militante do	Presidente da	28 anos	64 anos	Jornal <i>I</i>

ASSIBERCOM

Associação Ibero-Americana de Pesquisadores da Comunicação
XV Congresso IBERCOM, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 a 18 de novembro de 2017

Morais		PPD/PSD (1985-2005); Independente (2005-2013)	Câmara de Oeiras (1985-2013) – Portugal; Ministro do Ambiente e do Ordenamento (2002-2004).			(3.06.200)
Sílvia Berlusconi	Jurista e Empresário	Fundador-militante Forza Itália (1994-2008); Polo della Libertà (a partir de 2008)	Primeiro-ministro - Itália (1994-1995; 2001-2006; 2008-2011).	11 anos	75 anos	Alan Friedman (2015)
Vítor Gaspar	Economista	Independente	Ministro das Finanças - Portugal (2011-2013).	2 anos	53 anos	Maria João Avelaz (2014)

5. Afirmação do falhado na vida civil

Qualquer médico aceita, reconhecidamente, que se lhe aponte o facto de ter feito uma carreira profissional na medicina e disso faz espanto, mas, em geral, o político não aceita que se aponha a palavra *profissão* à sua atividade, ainda que esta tenha constituído a sua principal narrativa de vida, enquanto mister ou ocupação. Para o político, a expressão *profissional da política* contém uma afirmação negativa de si e do seu papel, entregando-se à vontade mesquinha do uso da atividade para questões tão comezinhas como seja a utilização da política, enquanto emprego com vista à sobrevivência.

(...) Eu não sou um profissional da política. (...) Todos os dias, sou um professor universitário e advogado, em regime de profissão liberal, não tenho dispensa de funções. Todos os dias tenho de ir ao meu escritório, todos os dias me chegam notificações, tenho diligências, tenho julgamentos, mesmo durante a campanha eleitoral. Nem tenho uma máquina partidária poderosa a apoiar-me, nem tenho essa posição de não ter “mais nada para fazer na vida” (António Garcia Pereira).

O agente que, para além de guiar a sua vida na linha da participação e aceitação na sociedade por dominar um ofício, ainda por cima se dedica à atividade política, reduz a profissão exclusivamente à atividade do seu ganha-pão. Sugere que é político profissional todo aquele que não conseguiu consagrar-se a uma atividade, ficando impedido de obter o reconhecimento geral, pelo domínio de um mister ou uma técnica a que se dedicasse permanentemente como modo de vida. Não tendo imposto a sua figura

comunitariamente, através do labor, remete-se à condição dos que nada sabem fazer. Só a esses se atribui o epítome de «políticos profissionais». O político profissional é, deste modo, uma figura sem outro préstimo e o seu acesso deve ser entendido como uma predisposição de abertura do domínio político à entrada de indivíduos sem demonstração anterior da posse de qualidades capazes de se autonomizarem.

6. Afirmação da singularidade

Tal como Garcia Pereira, Fernando Henrique Cardoso, antigo presidente da República Federativa do Brasil, centra os argumentos da sua negação numa perspetiva interior ligada aos sentimentos, em relação a outras atividades profissionais, exercidas civilmente, em narrativas anteriores à sua entrada para o campo da política partidária e representativa:

O facto de eu não ser um político profissional faz uma certa diferença. Eu me sinto mais professor e intelectual, no sentido do que se atribui normalmente à palavra «político». As pessoas não acreditam quando digo isso, mas é verdade. O que me interessa, o meu quotidiano, depois que eu deixei a presidência, não é voltar a ser presidente (Fernando Henriques Cardoso).

Sobressaem duas perspetivas de análise, localizadas neste pensamento: a primeira, liga-se noção de autoatribuição. Expressa a perspetiva de que se é profissional do que se deseja ou desejou ser, e não o que, por motivos ulteriores, se acabou acidentalmente por vir a ser. Trata-se de um ponto contrário ao princípio, segundo o qual, é a vontade do agente a determinar o seu percurso. Neste caso, ter sido político decorre mais de uma experiência obrigatória, convocada pelo destino, e menos de um plano de vida orientado para aquele fim. E, assim sendo, a atividade política deixa de estar no mesmo plano em que se coloca a profissão para o qual se planeou.

A segunda interpretação diz respeito à questão dicotómica, percebida pelo próprio arguente e na qual são separadas as atividades. Pode-se, em simultâneo, ser professor e presidente da República, mas, perante a separação cronográfica evidente, que se dá entre um e outro mister, o apelo de Henriques Cardoso converge para o seu ofício civil, assim querendo acentuar que só a decorrência deste último mister lhe é entendido como atividade profissional contínua. A circunstância da sua atividade original de pedagogo ter sido interrompida pela sua entrada na política e, posteriormente, esta última, ter sido descontinuada pelo regresso à atividade de professor, não o desloca da perspetiva

subentendida de que a atividade política está cometida à impossibilidade de, no seu caso, ser transformada em profissão.

Revela, todavia, a perspetiva da experiência: só depois de ter sido político se torna possível teorizar entre cometer a noção de profissão à atividade política e explicar, como, por vezes, ser político se atravessa na vida do indivíduo, sem que ele o tenha planeado. Tal circunstância observa a possibilidade do político também decorrer de um processo circunstancial, no caso, de pouco ou nada valendo se a tal decorre da aspiração pessoal ou não:

Não queria ser candidato e acabei sendo. A vida é mais complicada do que a nossa vontade. O que posso dizer com toda a sinceridade é que não estou me programando para viver a política partidária eleitoral no futuro (Fernando Henriques Cardoso).

Persiste uma interrogação: são os homens que vão em direção à política ou a política que os captura um dia? A experiência narrada por Fernando Henriques Cardoso é a daquele a quem ocorreu a circunstância de ser *apanhado* pela política, quando menos esperava e de, tal como na síndrome de Estocolmo (Eitinger & Weisaeth, 1980), essa captura se ter transformado em obrigação inconsciente de aplicação denodada. Tal julgamento explica a sua permanência no campo de luta política, do seu arrojo partidário. Quando o próprio entendeu ter contribuído, com a dádiva exigida pelo seu «captor», deu por findas as amarras, renunciando à luta partidária como estado de clausura.

A ideia de clausura é, em geral, usada pelos militantes políticos para passarem a ideia de dever altruístico e explicarem a sua dedicação desapegada a uma causa que, sendo de todos, só ao próprio foi confiada a aptidão para cerzir o tecido político.:

Um político profissional nunca deixa de estar na briga partidária e sempre que pode é candidato. Para ele, perder a eleição é ruim, mas não concorrer é pior. Mesmo que perca, o nome dele está ali. O bom é ganhar, claro, mas mesmo que não ganhe você está na briga, está participando, está vivo no mundo da política (Fernando Henriques Cardoso).

A análise revela também a possibilidade de se ser profissional da política, apenas e exclusivamente, no desenrolar da contenda partidária, findando-se essa mesma categorização, aquando do abandono do campo político pelo agente, assim só se

concebendo «a profissão» no decurso da sua duração prática. Esta perspetiva, apesar de parecer esdrúxula à partida, constitui a reivindicação tácita do autor e do seu caso. Nos seus ensinamentos, ditados em carta, FHC não se coíbe de ensinar as estratégias ativas para “uma carreira” dos jovens políticos, nomeadamente uma preparação baseada na leitura de textos essenciais, norteadores das práticas futuras.

Neste contexto aparta-se de todas as outras experiências exteriores idênticas à sua para as considerar, essas sim, vivências ligadas às estratégias e práticas dos verdadeiros profissionais da política. Entrevê o seu caso numa circunstância única, nomeadamente de quem, tendo agido segundo as práticas gerais instituídas da política comum a todos, introduziu – *ao introduzir-se* – um caso particular, adornado por um estatuto superior, assim se constituindo, como explicou Bourdieu (1979), num caso extraordinário, possuído por uma distinção particular que o separa de tudo o resto.

6.1 A atividade híbrida

O discurso político esconde – ou esconde-se – em variadas formas – ou fórmulas – nas quais uma afirmação aparentemente com determinado objetivo, tem atrás de si uma subliminar manifestação de declaração de amplo (re)conhecimento. Numa circunstância em que é, manifestamente, impossível conhecer *todos* e de todos ser *conhecido*, afirmar que *todos sabem* de certa característica de si, tem sobretudo como objetivo afirmar essa mesma característica como fator de autopromoção. A desatenção que subjaz revela o enunciar escuso da capacidade de uso da dissimulação como recurso discursivo, tendo em vista a construção do próprio na forma em que, em geral, se concebe a *boa pessoa*, epítome que acolhe a representação das coordenadas pessoais exigíveis a quem quer ser político. A afirmação revela-se dúplice, dado que, para além desta propaganda de si, impõe-se, desde logo, uma espécie de repreensão, do agente político, à desatenção dos que não sabem. Esta espécie de censura localiza-se, contudo, nas subtilezas discursivas exigíveis da atividade, cujo objetivo se cumpre a ampliar afeições – tanto em grau como em número – por um lado generalizando – para *generalizar-se* – e, por outro, construindo, em permanência, a imagem pública de honradez e honestidade.

“Os portugueses sabem que não sou um político profissional e que não são as honrarias do cargo de Presidente da República que me atraem” (Cavaco Silva).

A correlação entre ser “profissional da política” e a atração pelas “honorarias” do cargo aparta o agente político singular do comum das pretensões que, bem entendido, usam a política para adquirirem exclusivamente as benesses que a probidade do cargo traz aos indivíduos. Na política, este tipo de apelo à singularidade de si contém uma reivindicação latente de incomparabilidade, na qual o agente político justifica as suas convicções – mais apuradas e, objetivamente, com esmero superior às convicções da generalidade do campo – apenas aceitando a afirmação profissional cometida aos misteres da vida civil. A reiteração persistente da singularidade visa vincar a separação entre o lado civil capaz de gerar profissões e o campo político, onde o agir se desliga das configurações de um profissional (Silva & Martins, 2017).

“Eu tenho uma profissão que exerço. Não sou, de facto, um político profissional como os portugueses sabem. Não quer dizer que eu não respeite os políticos profissionais. Estou apenas a explicar a minha situação” (Cavaco Silva)

Se no caso da Presidência da República, Cavaco Silva atribui aos “políticos profissionais” a busca das honorarias do cargo, o caso do acesso à Presidência de uma Câmara Municipal presta-se, declaradamente, a uma degenerescência. A administração municipal não gera um “político profissional”, pelas mesmas razões aplicáveis, por exemplo, a um primeiro-ministro e Presidente da República. Neste caso a negação da profissão ocorre por se estar perante uma atividade configurada numa multiplicidade de atributos, tendentes a diminuir qualquer pretensão profissional. Aqui o político dilui-se numa impossibilidade técnica, transformando-se, por via da política e por obrigação atribuída à política, num profissional indefinido, para assim dar existência ao político não-profissional. A atividade política, vista nestes termos, é remetida para um compósito híbrido e, logo, dominada pela indefinição

“Não me considero um político profissional, porque um presidente de Câmara acaba por ser gestor, assistente social, confessor, padre...” (Isaltino de Moraes).

Esta recusa em ser considerado um “profissional da política” entronca, também, no quadro da denúncia sublime da redução do estatuto daqueles que se preparam a ocupar um lugar político, aí chegam deslocados de uma categoria social superior. Neste caso vigora o fetiche da humildade, vertido num paradoxo assim expresso: enquanto o político se coloca no lugar de quem executa uma cedência abnegada de si, convertendo o campo político numa geografia de existência profissional subordinada, produz, em

paralelo e na mesma afirmação, uma reivindicação altruística de quem se predispõe a descer na escala estatutária, mas, em simultâneo, recorta para si a condição de *primus inter pares*, não em uma, mas em variadas posições sociais.

6.2 Domínio da persuasão e do missionário oracular

As leis gerais do campo político apresentam particularidades não transponíveis (Bourdieu, 1972). Uma delas assenta na luta que se estabelece entre os atores e que leva, em determinados contextos, não apenas a fixar fronteiras entre eles, como a processarem-se evidências, as quais, regra geral, não funcionam apenas como elementos de reconhecimento entre os próprios atores, mas são também e, essencialmente, usadas como armas no campo de batalha. Esta procura usa a dissemelhança como objeto fulcral, explorando com parcimónia o recorte das diferenças e forçando a separação dos afeiçoados, tendo em vista a realização de escolhas. Mesmo a discussão, aparentemente académica, com o objetivo de discernir se os indivíduos que agem na política são, ou não, profissionais, organiza um quadro enunciativo demonstrativo do agente invulgar, favorecido por uma singularidade que o distingue. No caso de Mário Soares surge, desde logo, a preocupação primeira de dissociar a questão salarial como fator determinante para se dar a existência da profissão. A premissa é a de que não é a circunstância de se ser pago que dá lugar à condição profissional. É-se profissional da política por outras razões bem menos prosaicas e simples, nomeadamente porque tal constitui a ocupação da pessoa.

“Enquanto fui, durante treze anos, secretário-geral do PS, e sem nunca receber salário por isso, a minha profissão era ser secretário-geral do PS. Quando fui deputado e Presidente da República as minhas profissões eram essas” (Mário Soares, *Agência de Notícias Lusa*, 25.10.2005).

As declarações de Mário Soares têm, contudo, de ser enquadradas no contexto da luta em que se movia, dado que o seu adversário, Cavaco Silva, exibia a sua condição diferenciada, como atrás se analisou. Apresentados como candidatos às eleições presidenciais de janeiro de 2006, um e outro tentavam demarcar as suas fronteiras, autoatribuindo-se linhas de genuinidade traçadas sob uma moral superior. Decorre desta verificação a obrigação de se dissociar as posições vertidas de uma discórdia que acompanhava os dois candidatos políticos, e que se traduzia por posições antagónicas, que se jogavam nos interstícios de uma disputa eleitoral.

O decodificador aponta para o princípio de que toda a afirmação dos agentes no interior da política tem de ser analisada sob os traços da prudência, objetivamente mantendo presente que uma das tarefas do político – tarefa essa convertida num dos principais mandamentos da política – é aproveitar todas as oportunidades, todos os ensejos e todos os canais para ampliar a sua mensagem, empolgar a audiência e fazer medrar o seu lastro. Quando Mário Soares afirma:

“Realmente, sou um político profissional e não tenho medo de o dizer” (Mário Soares - *Agência de Notícias Lusa*, 25.10.2005)

como interpretar a sua posição em relação à resposta, totalmente contrária, dada à mesma pergunta, menos de dois anos depois?

Profissional de quê? Nunca fui profissional da política. [Antecipando a resposta à pergunta: **Mas o senhor é um profissional...**] (Mário Soares - *Expresso*, entrevista de junho 2007, republicada a 07.01.2017)

A tentação da avaliação moral constitui a primeira impressão que a ação política promove no indivíduo menos atento, ou mesmo distante do fenómeno. Trata-se de uma visão da banda de fora do cenário, experimentada pelos atores em confronto, cuja figuração não alcança a essência. Entre este *nunca ter sido*, agora a substituir a aceitação anterior de ser, efetivamente, *político profissional*, revela-se a plasticidade que dá formas maleáveis ao campo político e que autoriza o moldar dos seus atores, de acordo com as necessidades práticas do próprio campo, concebidas no reconhecimento da formação de lutas no seu interior enquanto substância material do campo. Persiste aqui uma conversão obrigatória, atribuída aos que se propõem dedicar à política e se baterem sem reservas, tendo em vista a manutenção do recorte que especifica as particularidades e peculiaridades do campo. A percebida desconexão presente é, deste modo, uma avaliação com origem no exterior do campo da política e a persistência na pergunta revela como essa incompreensão externa compõe, também ela, uma fronteira entre esferas.

Não [sou um profissional]. Tornei-me político pela força das circunstâncias. Nunca encarei a política como carreira nem como profissão e nunca ganhei dinheiro com a política, sempre perdi. Fui líder do PS [Partido Socialista] durante 13 anos e nunca aceitei um tostão do partido. Eu é que, muitas vezes, antes e depois de Abril, contribuí com dinheiro do meu bolso (...) [Respondendo à pergunta: **Não foi profissional da**

política?] (Mário Soares - *Expresso*, entrevista de junho 2007, republicada a 07.01.2017)⁵.

Na qualidade de ex-agente desligado dos confrontos políticos de outrora, a visão do político como profissional retoma a necessidade de explicar a disponibilidade para se tornar um *servidor*, um prestativo cidadão que recusa a existência facilitada, certa e segura, da vida civil e a troca por uma vivência dada à incerteza, traçada pela aventura e dominada pela insegurança. Esta troca ocorre, não por vontade que parta de si próprio, não por estratégia pensada de vida, não por vontade oportunista, mas sim na decorrência contingencial ligada à obrigação abnegada, surgida nos interstícios do processo histórico, e que, tal como o oráculo de Delfos, antecipa o conhecimento do destino altruístico. Este chamamento assemelha-se ao poder de atração de um campo magnético, no qual o potencial político tem a propriedade eletrónica de um dos polos, enquanto o devir histórico atrai com o polo contrário. São as propriedades eletromagnéticas, estabelecidas entre o campo e o agente, que diluem a expressão do chamamento, para dar lugar à atração entre os dois polos, assim compondo a noção de destino político. É, segundo esta perspetiva das leis da física, que a política se torna numa *missão*, mister remetido para a função religiosa de entrega do indivíduo despossuído de interesses para o próprio:

Nunca olhei de outra maneira [uma missão]. Fui educado num meio republicano em que se separava a política dos negócios. Tive várias profissões na vida. Comecei por me licenciar em Letras e fui professor. Depois licenci-me em Direito e fui advogado. (...)
(Mário Soares - *Expresso*, entrevista de junho 2007, republicada a 07.01.2017).

Ter uma missão não é o mesmo que ter uma profissão. Revela-se nesta aceção a distinção que visa separar dois mundos, que são produtores de peculiaridades exclusivas. Neste contexto, «profissão» liga-se a atividades, cujo fim é a participação no mundo dos negócios, com objetivos claros de perseguição do dinheiro. Esse tipo de interesses faz parte da esfera civil, onde a posse de capital - seja capital físico, seja capital social - serve para produzir, segundo a dinâmica das trocas no meio económico.

O predomínio do sentido de transação que envolve a noção percebida de «profissão», quando esta é atribuída ao mister político, é compreendido pelos praticantes como um

⁵ Mário Soares, Presidente da República Portuguesa entre 1986 e 1996, em entrevista ao jornal *Expresso*, disponível em <http://expresso.sapo.pt/politica/2017-01-07-A-politica-nao-pode-ser-uma-maneira-de-subir-na-vida>, acedida a 17.01.2017.

rebaixamento da atividade o que, em si, se transforma no desacreditar de uma ocupação cuja natureza os próprios julgam dever ser considerada como um ato superior de existência, porque associada à vigia e a decisões orientadas exclusivamente para do bem público.

O campo político distingue-se do domínio civil por se autoatribuir o que é de todos, impondo-se cuidados no uso e forma de proceder sobre os cidadãos em geral. Expressa a noção de autonomia na sua génese, concebida de acordo com a exterioridade do campo, na relação entre os indivíduos, os quais, na sua dissemelhança, encontram na política e suas configurações, a esfera capaz de promover a salvaguarda do que é coletivo.

No meu regresso do exílio, o Zenha e eu resolvemos dar baixa na Ordem dos Advogados, porque entendíamos que o advogado defende interesses privados e o político defende interesses públicos. As duas coisas são dificilmente conciliáveis.

O político constitui-se como guardião do bem comum. Só a defesa deste espaço, enquanto área intocada pelos interesses, exclusivamente privados, autoriza o ato individual. Na afirmação do *dever ser*, o ato político assenta na revelação permanente do caráter probo, merecedor de distinção, tendo em vista, em simultâneo, a realização de feitos e práticas consentâneas como obrigação e a receção do reconhecimento amplo da generalidade da comunidade.

Esta é uma premissa que, fruto das práticas reconhecidas pelos próprios atores da política, tende a ser colonizada por novas formas de entrever o papel do político. A introdução de novas visões no campo promove formas de proceder interligadas e a separação ancestral tende a promover interpenetrações formadoras de um *continuum* entre espaço público e espaço privado⁶. Ocasiona-se assim uma nova relação indistinta entre poder económico e poder político:

[O serviço público] não pode ser uma maneira de subir na vida ou, muito menos, de fazer fortuna. Ministros, deputados, autarcas, devem ser ímpecos, em todos os planos, como os magistrados e os altos funcionários do Estado. Ora, o que se passa na sociedade atual - não só em Portugal - é o inverso. As pessoas acham que se um político morre pobre é parvo, porque não soube «arranjar-se»! (...)

⁶ Sobre as atuais relações entre espaço público e vida privada, ver Martins (2005).

A invocação para a mudança tem aqui a particularidade de revelar o percebido da realidade. E não deixa dúvidas de que a estruturação da esfera política percebe a qualidade dos seus alicerces, moldados segundo apelos na forma de reconhecer alguns dos seus integrantes, nomeadamente compostos segundo o desejo imediato de promoção social, a ambição pela construção de uma malha relacional de poder, com vista a prolongar a presença do agente e a reconversão do poder político em poder económico. Em simultâneo, vigora a crença de que, na transmutação, *o dever ser* político se funda na acumulação individual, por via do uso da astúcia:

(...) Está a desaparecer o sentimento de honra - e o prestígio - do exercício de funções públicas. O que é terrível para o futuro das democracias.

A reivindicação da honra enquanto sentimento altruístico, decorrente do desapego, revela que, tendo por base a política, o mercado do reconhecimento simbólico tem perdido valor para o mercado do reconhecimento material, dando-se nesta relação de troca uma recomposição do entendimento social, não apenas da relevância do campo político, mas também do que ele pode ofertar, enquanto prémio, aos que a ele se dedicam.

6.3 Introdução do antipolítico na política

Enquanto a política é concebida como o campo com o potencial de poder para projetar ou promover alterações na sociedade civil, os agentes *civis*, que lutam pelos seus interesses - pessoais ou grupais -, estruturam-se como inimigos da política. E é como antipolíticos, imbuídos de uma missão precisa, que os cidadãos acedem ao espaço da luta política.

“Nunca gostei da política. Não sou um político profissional. Sou um empresário (Sílvio Berlusconi, in Friedman (2015)).

Por trás da afirmação do agente político, esconde-se genericamente uma formação pessoal concebida segundo o princípio divisor do que é interno e externo à política para, desta forma, se dar uma perspetiva maléfica da política e dos que, em geral, revelam possuir requisitos e qualidades exigidos pelo funcionamento do campo político. Este entendimento afirma a noção de superioridade dos que apresentam um historial de existência com biografia realizada na vida civil. Nestes casos, vamos encontrar um

discurso negativo, cuja origem se localiza, não só nos interstícios de uma ancestral desconfiança generalizada da política (Arendt, 2007), mas também em estratégias estabelecidas pela geografia civil, cujos desejos de ampliação da capacidade de influência e intervenção na política passam, antes de mais, por manchar a esfera pública, através da constante depreciação das qualidades técnicas dos agentes que lhe dão forma.

Dá-se então a circunstância de se saber até que ponto o discurso antipolítico não configura, ele mesmo, uma nova tipologia de político. Seguindo a divisão percebida na reivindicação da superioridade moral do *agente político civil*, esta constitui uma forma de exploração da amplitude, provavelmente infinda, do próprio espaço político, tendo em vista, não a substituição de qualquer inaptidão generalizada, mas à introdução na política de desígnios que lhe são exteriores, para, dessa forma, se proceder à alteração do seu objeto fundamental, que radica na instituição daquilo que seja capaz de albergar as diferenças de uma comunidade.

A fórmula usada assenta, à partida, numa aparência plausível, através da introdução do sempre renovado pensar diferente e da agitação, através da aparente noção de dissemelhança lícita, como motivações conflituantes, suscitadores do constante desabrochar de interrogações, no quadro das dinâmicas que configuram as disputas legítimas, próprias da litigância interna ao campo político. Essas lutas, internas ao campo político, ocorrem a tempo inteiro.

Por essa razão se impõe aos agentes a sua presença permanente, de forma a não sofrerem derrotas, por falta de comparência, no campo da controvérsia. A ideia do político a tempo parcial – ausentando-se confiantemente do campo político, para se ocupar da vida civil – acarreta custos muito altos aos que não compreendem a diferença do agir profissional e as consequências negativas pela expectativa do agir político de outros em seu benefício,

“[Os] políticos profissionais a tempo inteiro são uns parasitas que me usaram” (Silvio Belusconi, in Friedman (2015)).

Discutir se se é, ou não, *profissional da política*, tende a ser valorizado no mercado da disputa política. O recurso à perspetiva económica encosta-se à dicotomia contabilística, que releva e distingue aqueles que vivem *da* política e aqueles que vivem *para* a política (Weber, 2005). Apesar da formulação weberiana convocar alguma complexidade –

como, por exemplo, a de se saber, se porventura quem vive da política está condenado a ser mau político – a simultânea introdução da linguagem biológica não só prova a riqueza de recursos do discurso político, como também comprova a possibilidade da sua simplificação: um parasita é um organismo que vive às custas de outro organismo, logo, um político a tempo inteiro é um político que, vivendo às custas da política, é um político que não é de uma classe ociosa, como explicou Veblen (2001) – referindo-se aos que vivem de nada fazer –, sendo antes de uma categoria perniciosa, mais de acordo com os que destroem os que são úteis.

A repulsa promovida por qualquer parasita expurga dos sentidos, no imediato, qualquer possibilidade de haver bons políticos dedicados a tempo inteiro à política. Este tipo de abordagem invetiva, nas subtilezas da sua elucubração, não só a diabolização da classe dos políticos, exclusivamente dedicados à política, como também assegura a inversão das relações de poder no interior da política, com vista ao seu enfraquecimento. Ao mesmo tempo que se afirmam melhores políticos, ou mesmo antipolíticos, os indivíduos que se intrometem na política, mantendo atividades económicas no mundo civil, não vislumbram nenhum problema conflituante com a sua condição⁷.



⁷ Confirmando o avanço da perspectiva do *antipolitismo* no campo da opinião pública, é assaz elucidativo o título do debate “Queremos ser governados por profissionais de sucesso ou por dependentes da política?” organizado por um grupo de cidadãos no dia 11 de fevereiro de 2016, no Orfeão de Matosinhos (Cfr. Jornal de Matosinhos, edição de 03.07.2017).

Imagem 1 - "Queremos ser governados por profissionais de sucesso ou por dependentes da política" – Cartaz anunciando um debate político em Matosinhos – Portugal.

O *antipolitismo* é, desta forma, usado como nova arma política, com vista à transformação do campo político. Neste particular, as formas do *antipolitismo* e da sua apresentação na política como adverso à própria política, constituem estratégias práticas, que têm em vista não a aniquilação do campo, mas, pelo contrário, a introdução de alterações nos seus alicerces mais profundos, com o objetivo de aplanar a superfície, para desse modo se proceder à transformação do campo político, numa geografia de acesso fácil, manuseável e usável, de acordo com os princípios da utilidade económica.

A exploração da política como uma disciplina com propriedades puras, magistralmente executada, segundo as leis do manuseamento linguístico político, não só revela quanto o campo político é aberto à entrada de forasteiros, como também quanto faz alastrar estas entradas, socorrendo-se de uma aparente linguagem neutra e de uma dissimulada confissão de humildade vocacional, que não são mais do que a afirmação de um político crítico, de determinada configuração, e que, simultaneamente, promove uma nova espécie de político de, porventura um político apócrifo.

“Não tenho vocação para resolver problemas de pura política” (Vitor Gaspar, em entrevista a Maria João Avillez (2014)).

Impera, pois, o apelo ao predomínio da economia sobre a política. Trata-se de um silogismo que ocupa espíritos, geralmente reservados no exterior do campo político – mas predispostos à entrada em campo a todo o momento – e cujo entendimento é o de que a atividade política deve submeter-se aos ditames do determinismo económico e aceitar o seu diretório. Este raciocínio esconde a presunção segundo o qual existe um jogo entre doutrinas disciplinares e que, nessa contenda, se dá uma subordinação de uma à outra.

A base para este julgamento assenta no enunciado segundo o qual a economia está possuída pela disciplina, enquanto a política, pela sua natureza dissensual, congrega a indisciplina, sendo esta o seu estado mais puro. Esta apreensão relativamente ao campo político provém, regra geral, do pensamento antipolítico, cuja natureza se entrevê encerrada numa realidade dominada pela rigidez positivista e que dá corpo a um tipo de

indivíduo “sóbrio, contido, objetivo, rigoroso (...) baço e cinzento, sem chama nem brilho, ou rasgo de qualquer espécie” (Araujo, 2016, p. 66), cultivado numa auréola de seriedade intelectual assética e, por isso, «desinfetada» da política.

7. Notas finais em forma de conclusão

As alegações justificativas da refutação são geralmente acompanhadas de argumentos que, em certa media, ajudam a compreender a existência da uma malha mental dominante, apesar de assente no paradoxo da inexistência de regularidade argumentativa para a aversão à condição profissional da política. Os fundamentos assentes nesta fragmentação produzem, todavia, explicações e justificações diversas que, conjugadas, guiam para um quadro de reclamação da dissemelhança, em que se reconhece o apelo ao caso particular, cujas especificidades fariam do sujeito, não um profissional da política, mas alguém com um estatuto distinto, mais próximo de desígnios aristocráticos, e menos ligada a expressões banais da vida quotidiana.

O arranjo usual, introduzido como uma quase exigência pela reivindicação tácita dos dedicados à política, situa o modo expressivo neutro na forma do *percurso*. Apesar de todo o profissional ter um *percurso*, o facto de este ser reafirmado como *político*, desloca o seu sentido para a singularidade da ação política, sempre exigida pelos seus atores. Para o agente da política ter um *percurso político* não é o mesmo que ter uma *carreira política*.

Enquanto sentido atribuído à ideia de trajeto, as duas formulações assemelham-se. Todavia, a *carreira* remete para um plano antecipado, concebido com base em estratégias ativas e orientadas para o fim antecipadamente projetado. Contém a construção social do indivíduo, orientado para determinado fim, facto que retira os traços de santidade e virtuosismo necessários à qualificação do indivíduo político como um *primus inter pares*.

À noção de *percurso* ajusta-se a ideia de trilho desbravado, sob uma geografia dificultada, onde antes inexistia qualquer perspectiva de carreiro por onde caminhar. O *percurso político* está muito próximo da forma *simmeliana*, que encontra uma quase magia na imaginação da ponte que liga as duas partes, apesar de toda a natureza se opor à vontade humana de ligar – inclusive de, no período anterior, só haver sentido para o

desligado (Simmel, 1996). No sentido político, o *percurso* tem uma antecâmara que, antes de se mostrar, reside, como mestria, no interior do ator político.

O trilho tacitamente reivindicado pelo agente político é, em todo e qualquer caso, uma senda pessoal, uma biografia única e irrepetível e a sua aceitação como fórmula singular esconde o apelo de originalidade, tanto na descoberta, não só de um novo sentido, como na marcação, na história ou na geografia, de uma nova rota, por si delineada, e útil para o futuro comum. A singularidade do percurso político inscreve-se também na possibilidade de um legado aos vindouros, uma espécie de pauta escrita sob os tons e os sons em que fica registado o contributo de um indivíduo para a simplificação existencial de um ou vários aspetos da vida futura.

No sentido geral em que se inscreve, a *carreira* remete para coisa feita, já realizada, algo com manifestação exterior. Sendo certo que só o exterior sanciona a obra política e a torna visível, no espírito do político subsiste o princípio da sua condição interior especial, geografia de onde brotam todas as ideias, todas as obras. Foucault dá uma ajuda a esta cogitação, quando afirma a vontade do indivíduo e a sua manifestação como fatores primordiais no seu passo em frente em direção à política.

Apesar de Arendt (2007) localizar o nascimento da política na relação entre homens dissemelhantes, que consoem um campo análogo entre si – logo colocando a política no exterior dos homens –, a intangibilidade das relações dá lugar à procura de um objeto concreto e corpóreo, que a substitui imediatamente pela natureza autocentrada dos indivíduos. Os interstícios do distinto animal político de que falava Aristóteles e que colocam o centro da política no interior do indivíduo ganham relevo na constituição das práticas. Ser político, porque se possui a política no interior de si próprio, faz do indivíduo, assim feito, alguém com qualidades extraordinárias, se não mesmo incomuns. A ideia da política autocentrada induz o sentido da autoatribuição, forçando a ambição por um descritor superior, nomeadamente a atribuição de uma disposição hiperbólica. Mas, simultaneamente, essa ideia de política é deferente e marcada por uma postura de modéstia, capaz de ser interpretada como a humildade dos desaparegados.

A ideia de *missão*, não raras vezes veladamente reivindicada pelos agentes políticos, compõe uma dimensão da análise, que apenas na aparência não é introduzida por Weber na forma pura da política como mister. Ser considerado «missionário» é uma afirmação estatutária, uma espécie de avaliação moral, traduzida por reclamar um lugar superior de

classe na hierarquia das narrativas de vida política. Trata-se de querer ser reconhecido como alguém que cede a si mesmo, sob forma abnegada, aceitando inclusive introduzir no seu interior um adestramento sob violência e que, na decorrência, ao executar um desempenho extraordinário, provoca um empreendimento engrandecido ou enobrecido. A *missão* constitui uma pretensão santificada, na qual o indivíduo se autoatribui a posse interna da capacidade de entrever, a jusante, o futuro dos interesses comuns. Neste caso, revela-se a presença do “*dom da graça*”, traduzido no “carisma”, composto pela “entrega plena e individual e a confiança pessoal em revelações, no heroísmo ou noutras qualidades de chefe”, só possíveis em espíritos incomuns como “o profeta” ou, no campo do político, “o chefe guerreiro eleito, o governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político” (Weber, 2005, p. 9), características que apelam ao fascínio e ao magnetismo, como faculdades virtuosas exigidas a todo o profissional da política.

8. Bibliografia

- Araujo, A. (2016). *Da Direita à Esquerda - Cultura e sociedade em Portugal, dos anos 80 à actualidade*. Lisboa: Saída de Emergência.
- Arendt, H. (2007). *A Promessa da Política*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Avilez, M. J. (2014). *Vitor Gaspar*. Lisboa: D.Quixote.
- Bourdieu, P. (1972). *Esquisse d'une theorie de la pratique - Précédé de Trois études d'ethnologie kabyle*. Genève: Librairie Droz.
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1982). *O que falar quer dizer*. Lisboa: Difel.
- Cardoso, F. H. (2010). *Cartas a Um Jovem Político*. Lisboa: D.Quixote.
- Carter, M. J., & Fuller, C. (2016). Symbols, meaning, and action: The past, present, and future of symbolic interactionism. *Current Sociology Review*, 64(646), 931–961. <http://doi.org/10.1177/0011392116638396>
- Coulon, A. (1988). *La etnometodologia*. Madrid: Catedra.
- Eitinger, L., & Weisaeth, L. (1980). The Stockholm syndrome. *Tidsskrift for den Norske Laegeforening*. <http://doi.org/10.1300/J173v04n01>
- Foucault, M. (2008). *Le Gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France. 1982-1983*. Paris: Seuil.
- Freund, J. (2003). *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Friedman, A. (2015). *Berlusconi: The Epic Story of the Billionaire Who Took Over Italy*. New York: Hachette.
- Garfinkel, H. (2006). *Estudios en Etnometodologia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society - Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press.

- Goffman, E. (1986). *Frame Analysis - An Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeast.
- Husserl, E. (2008). *A Ideia de Fenomenologia*. Lisboa: Edições 70.
- James, W. (1907). *Pragmatism - New Name of Some Old Ways of Thinking*. Cambridge: Harvard University.
- Martins, M. L. (2005). Espaço Público e Vida Privada. *Revista Filosófica de Coimbra*, (27), 157–172.
- Schutz, A. (1970). *On Phenomenology and Social Relations*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Silva, E., & Martins, M. L. (2017). Between the State and Society - Circulation of professions within the political elite. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 4(2).
- Simmel, G. (1996). Ponte e Porta. *Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho*, 12, 10–14.
- Veblen, T. (2001). *The Theory of the Leisure Class*. London: Modern Library.
- Weber, M. (2005). A Política como Vocação. Em *Três Tipos de Poder e Outros Escritos*. Lisboa: Tribuna da História.
- Weber, M. (2010). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Winkin, Y. (1999). *Os Momentos e os Seus Homens – Erving Goffman*. Lisboa: Relógio D'Água.